

Bolsa Família: um estudo sobre o aproveitamento escolar das crianças beneficiárias

Resultado de investigação finalizada

GT 25 Educação e desigualdade social

Maria Inês Caetano Ferreira
Cleide Regina Santos dos Santos
Joanna da Conceição Silva

Resumo:

Este trabalho discute resultados de pesquisa realizada sobre a condicionalidade educação do Programa Bolsa Família. O objetivo foi investigar os possíveis efeitos da condicionalidade sobre o aproveitamento dos estudantes beneficiários, verificando se há diferenças nos resultados entre beneficiários e não-beneficiários. Dessa forma, buscou-se reconhecer possíveis problemas no acesso à educação reforçado pelo Bolsa Família, assim como eventuais êxitos. Os resultados não constataam diferenças destacadas entre beneficiários e não-beneficiários. A conclusão mais relevante é a de que o aproveitamento em termos de aprovação é elevado, a maioria dos estudantes é aprovada. Porém, as observações dos professores não deixam dúvida de que a aprovação não remete à aprendizagem, escancarando os problemas da qualidade de educação da rede pública no Brasil.

Palavras-chave: Educação; Bolsa Família; Bahia.

Diretos e cidadania no Brasil

O acesso ao exercício dos direitos é um elemento que define o modo de integração dos sujeitos. Fleury (1994, p 43) explica que a igualdade de todos os cidadãos no exercício de direitos positivos, os quais são concedidos pelo Estado, caracteriza a cidadania. Marshall (1967, p. 62) esclarece que cidadania é uma igualdade básica, segundo a qual todos os sujeitos participam integralmente da comunidade e da herança social. Portanto os direitos se associam ao pertencimento civil, por meio do qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos de direito. O direito contrasta com ações assistenciais do Estado em sociedades marcadas pela desigualdade. Isso porque essas ações se voltam para atender necessitados e não sujeitos de direitos.

A história da formação dos direitos no Brasil é marcada por um longo período de autoritarismo estatal, já que os direitos foram mais doação do Estado do que consequência da luta dos trabalhadores, destacando-se o cenário de restrição aos direitos políticos do longo período. Por longas décadas, a massa dos brasileiros não teve o direito a ter direitos, os quais se mantiveram restritos a alguns grupos urbanos (Ferreira, 2010). A igualdade básica no país só foi alcançada de fato com a Constituição Federal de 1988, que universalizou o acesso aos direitos. A partir de então o Estado brasileiro passou a formular, organizar e promover ações para ampliar a base de cidadãos com direitos a direitos. A cisão entre brasileiros com e sem direitos promoveu, entre outros problemas, a concentração de renda e a consequente desigualdade social. Com a democratização do país e a defesa de agências multilaterais, como Banco Mundial, dos programas de transferência direta de renda esse tipo de ação começou a ser desenvolvido em municípios do país. Todavia, o público beneficiário sempre foi limitado.

Em 2003 o governo brasileiro implantou o Programa Bolsa Família, cujo principal objetivo é o alívio imediato da pobreza. Pela primeira vez na história do Brasil uma massa de cidadãos teve a oportunidade de ser atendida igualmente por um programa governamental (Ferreira, 2010).

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades nas áreas de educação e saúde. No setor de educação, os filhos de famílias beneficiárias entre 6 e 15 anos deve obedecer frequência mínima de 85%, para os jovens entre 16 e 17 a frequência mínima é de 75%. O objetivo das condicionalidades é ampliar a oportunidade de acesso ao exercício de direitos dos beneficiários. Além disso, as condicionalidades se vinculam à concepção da pobreza que fundamenta o programa, a qual aponta para a complexidade desse fenômeno, o qual não se pode ser enfrentado somente por meio de oferta de renda, porque apenas a aquisição de uma renda mínima é insuficiente para as famílias ultrapassarem a condição de pobreza. Essa condição social se entrelaça a diversos fatores, como condições precárias de moradia, saneamento básico, cuidados médicos, educação etc. Assim, as condicionalidades ampliam as estratégias de ação no enfrentamento da pobreza, como explicam Currello e outros (2011).

Esses mesmos autores destacam a cooperação entre União, estados e municípios. Para além do debate da centralização e descentralização, o programa fortalece a gestão cooperativa entre os entes. Assim, embora a União seja o grande formulador e financiador, os municípios exercem papéis fundamentais para o êxito do BF. Currello e outros (Idem) ainda apontam a gestão intersetorial do programa. Isso porque a perspectiva multidimensional da pobreza permite que os diferentes setores conectem suas ações, multiplicando os efeitos dos recursos físicos e humanos empregados.

O monitoramento das condicionalidades exemplifica a gestão intersetorial. As secretarias de saúde e educação enviam informações para os respectivos ministérios, para a secretaria municipal de assistência social e Ministério de Desenvolvimento Social. O programa de monitoramento utiliza o SICOM, Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, sob responsabilidade do MDS. Currello e Alonso (2011) explicam que o objetivo do monitoramento não é punir os beneficiários descumpridores de condicionalidades. Mais do que isso, é produzir informações que possam ser tratadas e apontem os obstáculos para o exercício dos direitos pelos cidadãos, possíveis causas e, assim, orientar o desenvolvimento de ações e programas mais ajustados ao enfrentamento do problema social.

A condicionalidade da educação do BF visa contribuir no processo de universalização, criando oportunidades para a inclusão de crianças e jovens de baixa renda na rede pública. Esse objetivo é relevante porque a história da educação no país aponta modelos elitistas, voltados para interesses elitistas, até porque por longo período somente os grupos com renda elevada frequentaram as escolas privadas e inclusive públicas (Romanelli, 2012). No período Vargas houve discussão sobre a revisão do modelo até então desenvolvido, destacando-se o grupo Escola Nova, defensor da escola laica, obrigatória e gratuita. Apesar da expansão gradativa, somente a Constituição Federal de 1988 impõe a universalização da escolarização, que passou a ser concretizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, de 1996 e com a Política Nacional de Educação de 2001. Daí, então, o ensino fundamental começou a ser universalizado e realizado o monitoramento do acesso e permanência na escola, inclusive por meio de programas de transferência de renda, a fim de identificar as causas da ausência e baixa frequência dos estudantes (Santos, 2013).

Objetivo e metodologia

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de pesquisa realizada em duas escolas públicas do ensino fundamental de Cruz das Almas, interior da Bahia, sobre o efeito da condicionalidade do BF no aproveitamento de crianças beneficiárias. É importante ressaltar que neste estudo aproveitamento se relaciona com a aprovação ou reprovação dos estudantes. A aprovação ou não dos estudantes foi o

principal recorte do estudo, por meio dele, verificou-se a qualidade da inclusão das crianças beneficiárias nessas duas escolas.

A metodologia adotada foi a qualitativa, por meio da análise de documentos primários e secundários, além de pesquisa participativa durante o período da investigação, isso porque uma das pesquisadoras é professora da rede, assim, suas atividades cotidianas contribuíram no estudo de campo. As outras autoras ao desenvolverem a pesquisa mantiveram contatos com professores e servidores da rede em geral, situações nas quais foram produzidas informações sobre o sistema de ensino e as relações entre profissionais da educação e estudantes.

A pesquisa é um estudo de caso de duas escolas de ensino fundamental. A fim de garantir o anonimato dos profissionais e estudantes, as escolas não são identificadas. Ressalta-se que a identificação não é relevante, porque esse é um estudo de variáveis e sobre como elas são organizadas dentro de dado contexto social. Os resultados da pesquisa não são singulares às escolas estudadas, nem ao município de Cruz, trata-se de uma realidade comum a diversas escolas públicas do Nordeste e do país.

Por tratar-se de pesquisa qualitativa, os resultados não buscam identificar um padrão que possa ser generalizado a todas as escolas públicas. Ao contrário, como ensina Martins (2004), a pesquisa qualitativa não busca a generalização dos dados, mas conhecer o fato de forma profunda, para tanto, menos importante do que a generalização valem as informações detalhadas, singulares, únicas. A pesquisa qualitativa permite conhecer de forma particular o contexto. Menos preocupada com o geral, a pesquisa qualitativa foca em alguns elementos e suas possíveis interconexões.

Num primeiro momento, foram pesquisados dados de 2011 na secretaria municipal de educação, que são enviados para o MEC e MDS. O tratamento desses dados permitiu produzir um quadro geral das escolas do município e das características dos estudantes, observando a separação e cotejo de dados de beneficiários e não-beneficiários. Esse quadro orientou o processo de seleção das duas instituições a serem investigadas mais profundamente. Optou-se pela pesquisa com as séries entre a 2ª e 5ª, isso porque no primeiro ano os estudantes não são reprovados.

O principal instrumento da pesquisa foram os diários de classe, arquivados nas escolas, referentes ao ano de 2011. Menegolo e Cardoso (2007, p. 2) explicam que os diários são documentos produzidos para que os educadores transcrevam formalmente o direcionamento das aulas, com data, hora de aula, conteúdos ministrados, avaliações e frequência. Embora seja impossível descartar a subjetividade das anotações, esses documentos são ricas fontes de pesquisa. Isso porque, por meio das anotações, os docentes relatam a condição de aprendizagem do processo, destacando os principais problemas enfrentados por alunos e professores. O estudo de diários de diversos professores permitiu controlar a possível subjetividade, isso porque foram considerados os comentários recorrentes, comuns em quase todas as turmas. Assim, em vez de focar em determinados alunos, o diário aponta um processo mais geral daquela determinada escola. A comparação de duas escolas, localizadas em regiões diferentes, e não têm prática de intercambiar os mesmos estudantes, permite reconhecer elementos comuns na rede da cidade.

Os efeitos positivos do programa no acesso à escola são apontados pelo estudo de Santos e Lício (2011), ao compararem dados gerais de 2009 do MEC sobre estudantes do país com os do sistema do BF. Os autores explicam que 3,6% dos beneficiários abandonaram os estudos, contra 4,8% do total dos estudantes brasileiros. No caso do ensino médio, a diferença é ainda mais significativa, entre os beneficiários, 7,2% abandonaram; no caso geral, 14,3% evadiram. O universo de beneficiários aprovados no ensino médio foi 81%, contra 72,6% da população geral. Por fim, a frequência dos estudantes beneficiários caiu de 8,4% para 5,4%. Desse modo, os autores sugerem que o BF pode favorecer a frequência e aproveitamento justamente da população mais carente e que, até então, podia enfrentar mais obstáculos para permanecerem na escola. Oliveira e Soares (2013) verificam, a partir de pesquisa com dados do CadÚnico, que o estudante beneficiário tem probabilidade 11% menor de não ser reprovado, em comparação com os estudantes em geral.

O Bolsa Família

A porcentagem de atendidos pelo Programa Bolsa Família no Nordeste indica a relevância do estudo de seus efeitos, pois parece incontestável que as suas ações impactam na realidade social da região. Dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC – do MDS, a partir das informações registradas no CadÚnico, do programa, revelam a distribuição de beneficiários no país.

Quadro1 - Distribuição da população beneficiária, 2010

Brasil/Região	Pop.Total (a)	Pop. Beneficiária(b)	(b) / (a) (em %)
Brasil	191.480.608	48.680.372	25,4
Norte	15.359.608	5.628.469	36,6
Nordeste	53.591.197	24.416.981	45,6
Sudeste	80.915.332	12.034.955	14,9
Sul	27.719.118	4.150.045	15
Centro-Oeste	13.895.357	2.449.922	17,6

Fonte: SENARC/MDS

Constata-se que o Nordeste é a região com maior parcela da população atendida no país, chegando à quase metade da população local.

Outras informações, recolhidas no MDS, referentes ao ano de 2010, permitem verificar o alcance do programa na Bahia e, especificamente, no município de Cruz das Almas. Vale ressaltar que Cruz das Almas se localiza no território do Recôncavo, distante 146KM da capital Salvador.

Quadro 2 – Distribuição da população estadual e municipal segundo quartil, 2010

	Valor médio	1º quartil	2º quartil	3º quartil
Bahia	423	114	227	443
Cruz das Almas	441	146	225	500

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE

O quadro acima revela que 75% da população da Bahia vivem com somente R\$ 443, os cidadãos de Cruz têm rendimento muito pouco superior. Assim, constata-se que boa parte dos baianos tem renda muito baixa. Essa precariedade é ratificada por outros dados. Em relação ao acesso ao esgotamento sanitário, apenas 17,8% se beneficiam do serviço em 2010.

Quadro 3 - Distribuição População Extremamente Pobre por residência, 2010

	Total	Urbano	Rural
Bahia	17,2	11,1	32,9
Cruz das Almas	11,2	9,3	21,9

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE

Embora menor que a do estado, mais de 10% dos cidadãos cruz-almenses vivem em estado de intensa pobreza. Abaixo, seguem dados que envolvem o setor educação.

Quadro 4 - Taxa de analfabetismo população de 15 anos e mais por faixa etária, 2010

	Total		15 a 24 anos		25-59		60 e mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bahia	23,2	16,6	9,9	3,7	24,1	15,5	54,7	44,8
Cruz	17,1	11,8	6,2	2,5	16,1	10,2	49,3	36,4

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE

Quadro 5 – Distribuição dos responsáveis pelo BF, segundo analfabetismo e saneamento, 2010

	Resp analfabeto		Saneamento inadeq		Respanalfsanea inadequado	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bahia	41,0	24,8	30	16,5	19,6	7,8
Cruz	29,3	17,1	25,2	11,7	12,1	4,5

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE

As informações esclarecem a incidência de cidadãos analfabetos na Bahia e no município e como essa variável tem impacto no acesso aos serviços básicos de saneamento. Os poucos anos de escolaridade de muitos cidadãos impactam na qualidade de vida local, daí a importância de estudos sobre o setor e sua expansão recente.

As informações da CadÚnico revelam o quadro de beneficiários de Cruz das Almas em 2012:

- População Total (Censo) - 58.606
- Estimativa de famílias pobres - 9.352
- Total de famílias cadastradas - 8.352
- Total de famílias com rendimento per capita de meio salário mínimo - 5.430

Condicionalidades:

- Total de famílias com perfil educacional (6-15 anos) - 5.518
- Total de famílias com perfil educacional (16-17 anos) 478
- Total com perfil saúde (crianças até 7 anos, mulheres 14-44 anos) - 3.802
- Total de famílias acompanhadas educação (6-15 anos) - 4.493
- Total de famílias acompanhadas educação (16-17 anos) - 369
- Total de famílias acompanhadas saúde - 2.804
- Total de famílias com repercussão descumprimento - 11
- Total de famílias com registro de acompanhamento – 0

Resultados da pesquisa

Como informado acima, foram estudadas duas escolas de ensino fundamental, denominadas A e B. As séries pesquisadas são as 2as, 3as, 4as e 5as. A opção por ignorar a 1a justifica-se pelo fato de nesse período os estudantes não serem reprovados.

Escola A

Em 2011 estavam matriculados 270 alunos na escola A. Desse total, 131 (49%) eram beneficiários do Bolsa Família, contra 139 (51%) de não-beneficiários. Constata-se a paridade dos grupos, sem predomínio de nenhum deles (Silva, 2013).

Abaixo são indicados, de modo resumido, os dados levantados e sistematizados na secretaria municipal de educação, da escola e nos diários de classe (Idem).

Tabela 1 – Distribuição de estudantes aprovados segundo condição de beneficiário, 2011

TURMAS	APROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	38	14	37%	14	63%
3º ano	50	31	62%	19	38%
4º ano	52	18	35%	34	65%
5º ano	47	22	47%	25	53%
TOTAL	187	85	45%	102	55%

Fonte: Secretária da Escola A - diários de classe e atas de resultados finais. 2011.

Constata-se harmonia na distribuição de beneficiários e não-beneficiários, na escola A os beneficiários correspondem a praticamente metade dos estudantes nas séries referidas. Abaixo, o quadro resume os principais problemas dos aprovados, segundo relatos registrados nos diários dos docentes.

Quadro 6 – Comentários do diário de classe de aprovados da escola A, segundo condição de beneficiário, 2011

	BF	Não BF
2ª ano	dificuldade de leitura, alguns com bom rendimento	dificuldade de leitura, bom desenvolvimento, interessados
3ª ano	maioria com baixo rendimento, muitos aprovados após recuperação	poucos com bom rendimento, muita brincadeira na sala de aula
4ºano	maioria aprovada por conselho de classe e outros após recuperação	comentários semelhantes
5ª ano	dificuldade na escrita	comentários semelhantes

Após estudo minucioso das anotações de todos os diários foi possível reunir os principais comentários dos docentes. Embora possa sugerir tentativa de simplificar o resultado do tratamento dos dados, o fato é que os argumentos dos docentes se concentram em alguns poucos temas. Com destaque para problemas de escrita, leitura, rendimento e interesse. De modo geral, em todos os anos, os docentes registram problemas no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo entre os aprovados constata-se dificuldades de escrita e leitura, fato que parece agravar-se no 5º ano, quando a criança já deveria ter desenvolvido maior domínio na atividade. Destaca-se também um fato nada auspicioso, a saber: aprovação por conselho de classe. Dessa forma, é possível considerar que a aprovação em si não traduz bom rendimento, aprendizagem, ou seja, ensino com qualidade. Por fim, é possível observar não haver diferença relevante entre estudantes beneficiários e não-beneficiários. Essa divisão de estudantes revelou-se preocupação exclusiva das pesquisadoras, porque os professores e funcionários da secretaria não fazem distinção entre os grupos. Na verdade, num município em que quase metade da população é beneficiária parece difícil estabelecer um tipo ideal do beneficiário, em contraste com o não-beneficiários. Os meses de pesquisa sugeriram que muitos dos não-beneficiários escaparam de serem beneficiários talvez porque tivessem de ter sido selecionados pelos órgãos oficiais, pois podiam estar inscritos no programa. Além disso, a diferença de renda e de condições econômicas de muitos não-

beneficiários se aproximava das dos beneficiários, a distância do valor da renda familiar podia ser bem pequena. Assim, mais do que traduzir eventuais problemas ou soluções da condicionalidade saúde para os beneficiários, os resultados da pesquisa apontam temas que envolvem questões do ensino que afetam as crianças que frequentam a rede pública. Afinal, as observações dos docentes para o grupo de aprovados são menos positivas do que se esperaria desse grupo.

O quadro abaixo informa as conclusões dos docentes sobre os reprovados (Silva, 2013).

Tabela 2 – Distribuição de estudantes reprovados segundo condição de beneficiário, 2011

TURMAS	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	32	15	47%	17	53%
3º ano	28	16	57%	12	43%
4º ano	23	15	65%	8	35%
5º ano	0	0	0%	0	0%
TOTAL	83	46	55%	37	45%

Fonte: Secretária da Escola A - diários de classe e atas de resultados finais. 2011.

Observa-se que, exceto no 4º ano dos beneficiários, o índice de reprovação está bem distribuído entre os dois grupos, não apontando padrão indicativo de diferenças relevantes entre eles (Silva, 2013).

Quadro 7 – Comentários do diário de classe de reprovados da escola A, segundo condição de beneficiário, 2011

	BF	Não BF
2ª ano	não sabem ler, identificar letras, dispersos e resistentes a atividades	comentários semelhantes
3ª ano	resistência e dificuldade nas atividades, pouca responsabilidade	comentários semelhantes
4ºano	maioria não teve sucesso na recuperação	comentários semelhantes
5ª ano	não houve reprovação	comentários semelhantes

Verifica-se que entre os reprovados o perfil da performance dos estudantes beneficiários e não-beneficiários é bem semelhante. Esse fato merece investigação mais aprofundada, pois há indícios de que os estudantes reprovados participam de um grupo com perfil homogêneo. Talvez fosse possível suspeitar de que os não-beneficiários reprovados pertençam aos mesmos grupos sociais beneficiários. Pois estudos, como o de Menezes (2007), indicam características individuais, como perfil de família etc. como elementos que impactam no sucesso ou fracasso escolar. Todavia, trata-se de hipótese que necessita ser investigada. Aspecto mais comum entre os reprovados do que para aprovados é a dificuldade na realização de atividades. Esse item parece ter efeito importante no êxito do estudante para conseguir aprovação. Até porque por meio das atividades os estudantes deveriam por em prática o conhecimento desenvolvido junto com o professor.

Fato que chama atenção é que apesar dos inúmeros problemas levantados pelos docentes, nenhum estudante foi reprovado na 5ª série. Parece difícil considerar que os estudantes tenham superado de forma positiva seus problemas em um ano apenas.

Escola B

Em 2011 estavam matriculados 444 alunos na escola A. Desse total, 133 (30%) eram beneficiários do Bolsa Família, contra 311 (70%) de não-beneficiários. Nessa escola há concentração de estudantes não-beneficiários. Os beneficiários representam a minoria. É possível que o perfil da escola seja diferente da anterior, fato que merece investigação aprofundada.

Abaixo são indicados, de modo resumido, os dados levantados e sistematizados na secretaria municipal de educação, da escola e nos diários de classe (Silva, 2013).

Tabela 3 – Distribuição de estudantes segundo condição de beneficiário, 2011

TURMAS	BF (%)		NÃO BF (%)		TOTAL DE ALUNOS
2º Ano	23	22%	82	78%	105
3º Ano	40	39%	63	61%	103
4º Ano	35	28%	91	72%	126
5º Ano	35	32%	75	68%	110
TOTAL	133	30%	311	70%	444

Fonte: Secretária da Escola B - diários de classe e atas de resultados finais

Abaixo seguem os quadros de aprovação e reprovação, segundo condição de beneficiário ou não (Silva, 2013).

Tabela 4 – Distribuição dos aprovados segundo condição de beneficiário, 2011

TURMAS	APROVADOS				
	TOTAL	BF (%)	NÃO BF (%)		
2º ano	75	18	24%	57	76%
3º ano	91	38	42%	53	58%
4º ano	89	23	26%	66	74%
5º ano	100	30	30%	70	70%
TOTAL	355	109	31%	246	69%

Fonte: Secretária da Escola B - diários de classe e atas de resultados finais

Na escola A distribuição entre beneficiários e não beneficiários era regular, porém, na B, há concentração de não-beneficiários. Desse modo, faz-se importante analisar as aprovações segundo percentual de distribuição de cada grupo, do contrário o dos não beneficiários se sobreporia, sugerindo seu melhor desempenho. A análise mais detalhada indica que no segundo ano, 78% dos estudantes beneficiários foram aprovados e 69% dos não-beneficiários foram aprovados; no terceiro houve aprovação de 95% dos beneficiários e de 84% de não-beneficiários; no quarto ano houve aprovação de 65% dos beneficiários e de 72% dos não-beneficiários; finalmente no quinto ano 85% dos beneficiários

foram aprovados contra 93% de não-beneficiários. Essas informações ratificam as impressões sobre a escola A, os grupos não apresentam diferenças significativas em termos de aproveitamento. Abaixo seguem informações resumidas recolhidas e analisadas dos diários dos docentes.

Quadro 8 – Comentários do diário de classe de aprovados da escola A, segundo condição de beneficiário, 2011

	BF	Não BF
2ª ano	maioria obteve bom desempenho	alunos apresentam dificuldade de leitura e escrita
3ª ano	maioria com bom desempenho	alunos apresentam dificuldade de leitura e escrita
4ºano	alguns com bom desempenho, mas outros foram aprovados por conselho	muitos alcançaram resultado satisfatório, outros apresentaram dificuldades de compreensão
5ª ano	desempenho insatisfatório	desempenho insatisfatório

Os resultados da análise dos dados sugere que alunos do BF podem ter tido melhor aproveitamento do que os não-beneficiários, pelo menos nos dois primeiros anos analisados, que são exatamente aqueles nos quais a porcentagem de beneficiários aprovados supera com pouca margem de vantagem a de não-beneficiários. Porém, tal hipótese necessita de estudo mais aprofundado, porque a vantagem é pequena para fundamentar observações assertivas. O fato é que no último ano o desempenho dos aprovados foi considerado insatisfatório para todos e que no 4ª ano, alguns beneficiários foram aprovados por conselho. Os problemas de leitura e escrita de não-beneficiários incomodou os docentes, merecendo registro. Pelas observações dos docentes da escola B, os problemas dos alunos parecem um pouco menos graves do que na escola A, mas pode ser também que os professores da escola B tenham sido menos rigorosos nas suas observações. De qualquer maneira, o quadro não indica condições ideais de ensino-aprendizagem para nenhum dos dois grupos.

A tabela abaixo traz informações sobre os reprovados (Silva, 2013).

Tabela 5 -Distribuição dos reprovados segundo condição de beneficiário, 2011

TURMAS	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	30	5	17%	25	83%
3º ano	12	2	17%	10	83%
4º ano	37	12	32%	25	68%
5º ano	10	5	50%	5	50%
TOTAL	89	24	27%	65	73%

Fonte: Secretária da Escola B - diários de classe e atas de resultados finais

Chama atenção a tendência de pouca reprovação no 5º ano. Oliveira e Soares (2013), em estudo sobre aproveitamento de estudantes do BF, concluem que os professores da 6ª série reprovam os estudantes, provavelmente para impactá-los em relação às maiores exigências do novo ciclo que se inicia. Todavia

a pesquisa feita a partir dos dados gerais dos beneficiários na secretaria municipal de educação constata baixa reprovação na 5ª série, em contraste com a alta reprovação da 6ª série. É possível, também, sugerir que a alta aprovação da 5ª série – considerando problemas constatados nas 2ª, 3ª e 4ª séries – explica-se mais pela decisão dos professores do que pelo êxito dos estudantes e talvez os critérios mais generosos na 5ª série contrastem com a exigência esperada na 6ª série. Afinal, na 5ª séries predomina o comentário da dificuldade de leitura e escrita de aprovados e reprovados.

Abaixo segue quadro com resumo de resultados analisados dos reprovados da escola B.

Quadro 9 – Comentários do diário de classe de reprovados da escola A, segundo condição de beneficiário, 2011

	BF	Não BF
2ª ano	falta de interesse da maioria	dificuldades de leitura e escrita
3ª ano	dificuldades de compreensão	dificuldades de leitura e escrita
4ºano	pouco interessados e faltosos	desinteressados e faltosos
5ª ano	resultado insatisfatório	resultado insatisfatório

As características levantadas pelos professores para os reprovados não deixa dúvidas sobre dificuldades no processo de aprendizagem, para beneficiários e não-beneficiários, o que não falta são dificuldades e insatisfações.

Desse modo, a conclusão final da pesquisa é que, num estudo aprofundado das condições de ensino dos estudantes de duas escolas da rede pública do município, não é possível apontar vantagens para beneficiários ou não-beneficiários. O principal destaque é que há problemas sérios para todos os estudantes que criam obstáculos para aprendizagem e ensino de qualidade. Embora os estudantes frequentem as aulas, o resultado obtido não indica êxito, nem mesmo para os aprovados. Vale ressaltar que a pesquisa realizada na secretaria municipal de educação foi geral, não se limitando às duas escolas. Portanto, há elementos para concluir que os resultados das escolas pesquisadas não se distanciam muito dos de outras no município.

Conclusões

Os resultados da pesquisa concluem não haver diferenças no aproveitamento dos estudantes beneficiários do BF e não-beneficiários. No primeiro momento da pesquisa, com dados da secretaria municipal de educação, verificou-se que a quantidade de aprovados supera os reprovados. O estudo minucioso nas duas escolas, porém, ensinou que a aprovação não remete, necessariamente, ao êxito da aprendizagem. São comuns casos de aprovação por conselho, em alguns diários estudados, alunos com notas muito baixas, por volta de 3,0 foram aprovados por conselho. Dessa foram, não é possível concluir que a condicionalidade do BF esteja impactando positivamente no aproveitamento dos estudantes. Pois há casos de aprovados que apresentaram enormes dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, não foi possível constatar diferenças significativas entre o perfil de beneficiários e não-beneficiários. É possível que em pequenos municípios do Nordeste, cuja população de beneficiários representa 50% do total dos cidadãos, essa diferença seja pouco significativa. A hipótese desta pesquisa é a de que a diferença da renda e da qualidade de vida de beneficiários e não-beneficiários é pequena.

Os resultados desta pesquisa dialogam com outros, quantitativos, de Menezes Filho (2007) de que as condicionalidades de programas de transferência direta de renda são insuficientes para superar os problemas da qualidade de educação. O BF realmente favorece para incluir o estudante na escola, como constata Fabel e outros (2011), mas segundo esses autores, a inclusão não remete à educação de

qualidade. Para Schwartzman (2009) não seria necessária a condicionalidade do BF porque os pais já valorizam a escola e o acesso não resolve a má qualidade do ensino da rede pública. A pesquisa, sobretudo o contato com os pais durante o campo, não contesta a relevância da condicionalidade. Porém, os resultados não permitem duvidar de que o grande problema é a qualidade da educação. E esse problema se relaciona a muitos outros, como demonstra Menezes (2007), vinculando-se a variáveis como educação da mãe, cor, reprovação prévia, número de horas-aula etc. Esses fatores impactam a população de baixa renda em geral, mesmo aqueles que ultrapassam o recorte estabelecido pelo programa da renda familiar mínima.

Desse modo, parece relevante a ação multidimensional do combate à pobreza, como o BF realiza. Nesse caso, vale ressaltar que a ação intersetorial enfrenta problemas na sua implementação. A cooperação entre os setores opera mais por meio de troca de documentos do que por ações planejadas conjuntamente. A verdade é que as secretarias trabalham, na maioria das situações, solitariamente. Alguns casos de evasão, excesso de faltas, por exemplo, deveriam ser acompanhados pelo CRAS, mas raramente isso ocorre. Tal situação já foi constatada por Teixeira (2010), os quais enfrentam carência de recursos materiais e humanos.

A ação dos diversos programas nos diferentes setores, por exemplo, apontam como necessárias. No caso da educação, o governo federal desenvolve várias ações que podem se complementar na busca da construção de um sistema de ensino. Todavia, merece destaque que nas anotações dos professores fica claro que esses profissionais estão sozinhos, enfrentando cotidianamente problemas impossíveis de serem solucionados individualmente.

As conclusões de Oliveira e Soares (2013) do melhor aproveitamento de estudantes beneficiários ficam prejudicadas quando se parte para uma investigação qualitativa, mais aprofundada e focada em um caso. Isso porque, como os autores alertam, os dados registrados não necessariamente refletem a realidade em sua totalidade. Afinal, casos de aprovação não indicam aproveitamento escolar positivo e parece haver menos diferenças na falta de qualidade de vida entre famílias de baixa renda, do que pode supor a demarcação criada entre beneficiários e não-beneficiários.

Referências bibliográficas

CURRALERO, C.R. B. et. al. (2011) Desafios para a gestão intersetorial e intergovernamental do programa bolsa família para o enfrentamento da pobreza. In: *Anais do IV Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, DF, 25 e 27 de maio.

FAHEL, M.C.X.; MORAIS, T.; FRANÇA, B.C. (2011) O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais. *Trabalho apresentado In: CODE 2011*, Anais ... IPEA, Brasília.

FERREIRA, M.I.C. (2010) O sistema de proteção social no Brasil e o programa Bolsa Família. In: ANDREWS, C. & BARIANI, E. *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: UNIFESP, pp. 265-290.

FLEURY, S. (1994) *Estado sem cidadãos – seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

MARSHALL, T.J. (1967) *Cidadania, classe social e status*: Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS H.H.T. de S. (2004) Metodologia qualitativa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 30 (2), pp. 289-300.

MENEZES-FILHO, N. (2007) *Os determinantes do desempenho escolar no Brasil*. São Paulo: IBMEC. Mimeo.

OLIVEIRA, L.F.B e SOARES, S.S.D. (2013) O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. *Texto para Discussão* n. 1814. Brasília: IPEA.

SANTOS, C. S. dos.(2013) Bolsa Família: e o impacto da escolaridade materna sobre o aproveitamento escolar das crianças beneficiárias no Recôncavo. *Trabalho de Conclusão de Curso* para a obtenção do título de tecnólogo e Gestão Pública. UFRB, Cachoeira, Bahia.

SILVA, J C. 2013) Bolsa Família: possíveis impactos no desempenho escolar dos alunos beneficiados no município de Cruz das Almas. *Trabalho de Conclusão de Curso* para a obtenção do título de tecnólogo e Gestão Pública. UFRB, Cachoeira, Bahia.

SCHARZMAN, S. (2009) Bolsa Família: mitos e realidade. *Interesse Nacional*, 2(7), pp. 20-28.

TEIXEIRA, S.M. (2010) Trabalho interdisciplinar no CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 9 (2), pp. 286-297, ago/dez.